

Ameaçado, Sarney pede garantias

Zenaide Azeredo

O ex-presidente da República José Sarney, ao se sentir ameaçado por um caminhoneiro que, na cidade maranhense de Buriti Bravo, lhe dirigia ameaças, telefonou para o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, pedindo-lhe garantias de vida. O telefonema foi dado na segunda-feira e o ex-presidente, em tom exaltado, dizia que estava sendo vítima de uma emboscada e que poderia ocorrer um confronto entre dois grupos, segundo informou ontem o secretário particular de Passarinho, Aluizio Carvalho.

Solução

Menos de 24 horas após o telefonema, no entanto, e depois que o ministro Jarbas Passarinho tinha tomado providências pedindo ao governador do Maranhão, João Alberto, que acionasse suas tropas estaduais em auxílio do ex-presidente, José Sarney fez uma nova ligação para Brasília. Desta vez, para dizer que o problema já estava resolvido e que seu pretenso atacante, o caminhoneiro que lhe dirigia ameaças através de um megafone, já tinha desaparecido da cidade de Buriti Bravo, localizada a 600 km de São Luis.

No Ministério da Justiça, os assessores de Passarinho julgam que o primeiro telefonema de Sarney visou mais a satisfazer alguém que se encontrava nas proximidades e que certamente poderia se sentir intimidado, que propriamente a manifestar temor com alguma ameaça de cunho político. Acham que se tratou mais de um alarme falso que necessariamente um perigo de vida para o ex-presidente, agora eleito senador da República pelo Estado do Amapá.

Essa certeza vem também da garantia, neste sentido, que o ministro Jarbas Passarinho recebeu do candidato a governador pelo Estado do Maranhão, João Castelo, adversário de Edison Lobão, para quem Sarney está trabalhando atualmente.

Antes de receber o segundo telefonema do ex-presidente José Sarney, endossando a tese vigente no Ministério de que se tratava de ameaça pessoal do caminhoneiro e não de briga política, Jarbas Passarinho telefonou para o presidente em exercício, Itamar Franco, pedindo-lhe autorização para solicitar ajuda ao governador do Maranhão, já que as providências legais, neste caso, só poderiam ser tomadas em âmbito estadual, e não federal.